

# A MALTA DAS TRINCHEIRAS – ENTRE A VIVÊNCIA, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES\*

## 1. PREÂMBULO: AS DIMENSÕES DA GUERRA

É impossível provar que a natureza humana é intrinsecamente belicosa, mas é difícil negar que a guerra constitui um dos factos mais presentes na história das diversas sociedades. Sendo um facto com grandes implicações nas diversas vertentes – política, instituições, demografia, cultura, economia,.. – foi muitas vezes designada por «facto social total». Daí que nenhum sociólogo contemporâneo, por exemplo, deixe de considerar, nos estudos das sociedades humanas, a guerra como aspeto referencial. Se a guerra pode ser definida como uma forma organizada de violência armada opondo duas comunidades, ela extravasa para todos os domínios da ação humana, da política ao direito, da economia à demografia, da cultura à arte. Deixou assim de ser um fenómeno puramente militar, com códigos de decifração difícil em função das épocas, transformando-se num facto social e antropológico que faz parte da «aventura humana».

Este novo enfoque, ajuda-nos a perceber que os conflitos armados sejam sempre interpretados de forma diferente por testemunhos, por observadores, por investigadores. De um lado a guerra surge como uma fragilidade da organização humana, como uma forma de regressão e desvalorização da humanidade; de outro, representa uma prova de verdade na qual essa humanidade se revela em toda a sua nudez, evidente, observável e por isso também analisável nos vários contextos. A guerra, pode ser o teatro dos piores crimes e simultaneamente o espaço onde assistimos a manifestações de inteligência e grandeza humana. Daí resulta a necessidade de criarmos um quadro conceptual próprio quando analisamos este fenómeno nas diferentes épocas, evitando que o nosso contexto ideológico presente contamine as interpretações de um passado

---

\* FLUP/CITCEM.

que faz parte de um outro laboratório de investigação onde a análise do pormenor só pode ser mais isenta se tiver um espaço analítico contextual maior. Não é por acaso que um dos conceitos que os historiadores mais procuram precisar seja o de «cultura de guerra», entre outros, para exatamente evitar essa lente analítica distorcida.

A guerra deve pois ser vista com um olhar divergente, multi e transdisciplinar e em diversas dimensões. Desde logo a dimensão militar onde se misturam soldados profissionais com «cidadãos em uniforme» numa expressão feliz de Raymond Aron. Na dimensão política a guerra não assume um fim em si mesmo mas funciona como um meio para promover uma ação política que tanto pode passar por uma conquista de território como para a imposição de uma ideologia. Neste aspeto é a continuação da própria política mas por outros meios. Na dimensão económica pode representar uma consequência da crise (ou de crises internas), o reflexo do poderio económico que necessita de «espaços vitais» e cria mesmo uma «economia de guerra» que pode provocar, pelo menos temporariamente, a ilusão de crescimento. Na sua dimensão cultural a guerra provoca e expressa-se em múltiplas representações artísticas, plásticas e cinematográficas. Do *Guernica* de Picasso ao *Apocalipse Now* de Francis Ford Coppola ou *A Grande Ilusão* de Jean Renoir não nos faltam exemplos para ilustrar esta materialização de um pensamento sobre a Guerra. Relembremos ainda uma dimensão jurídica já que a guerra contribuiu para a invenção de um direito específico, o direito internacional, que é diferente do mais tradicional aplicado à ordem interna dos diferentes Estados. Neste aspeto, o romance de Sébastien Japrisot, *Um Longo Domingo de Noivado*, adaptado depois para o excelente filme de Jean-Pierre Jeunet, com o mesmo nome, cruza muito bem não apenas a dimensão cultural que nos transporta para a discussão do conceito – cultura de guerra – como para o sentido desse direito específico que só o ambiente de guerra torna possível.

Assumindo a impossibilidade de debruçarmos o nosso escrito sobre todas estas dimensões, procuraremos nestas várias dimensões encontrar um caminho que represente, no nosso entender, um caminho possível mas também menos conhecido e explorado, sob o pretexto comemorativo dos 100 anos da 1.ª Guerra Mundial (e cá está mais um conceito que não é facilmente aceitável hoje: mundial).

## 2. QUADRO INTERPRETATIVO E CONCEPTUAL DA 1.ª GUERRA MUNDIAL

### 2.1. Porquê a Guerra – que causas devemos aduzir

Os historiadores que se têm debruçado sobre a 1.ª guerra mundial incidem a sua investigação e análise, predominantemente, sobre os arquivos dos «actores

maiores» do conflito, com destaque para a Alemanha, França e Rússia, procurando sobretudo evidenciar o papel e as responsabilidades do país sobre o qual trabalham. Bernadotte Schmit<sup>1</sup>, por exemplo, preferiu sublinhar o belicismo francês, enquanto outros destacaram a atitude da Rússia. Outros como Fritz Fisher<sup>2</sup>, optam por mostrar que a guerra não teria tido lugar sem os encorajamentos alemães e que a própria Alemanha sabia que com essa postura arriscava-se a desencadear uma guerra mundial. Os factos já por todos enumerados permitem-nos, no entanto, distinguir entre «arriscar a guerra» e «querer a guerra». Os alemães, por exemplo, pensavam poder limitar o conflito à invasão da Sérvia pelos Austríacos e, numa primeira fase, nunca imaginavam poder generalizar o conflito. Os Russos, cedo se mobilizaram contra os austríacos, alegando, ou em nome de, uma pretensa solidariedade eslava. Os franceses, nesta primeira fase, pouco fizeram para acalmar tanto os alemães como os Russos. Vistas bem as diferentes posturas, somos capazes de identificar na posição da Grã-Bretanha uma vontade de apaziguamento, antes de entrar na guerra, em nome de alianças anteriores com a França e a Rússia.

Também conhecemos hoje que há diferentes inquietudes por parte dos diferentes países na altura de deflagrar o conflito. Por exemplo, são conhecidas as fragilidades demográficas da França que preocupavam os decisores políticos por elas revelarem alguma insegurança, tanto sob o ponto de vista da mobilização para a guerra como para o crescimento económico. Aliás, sob o ponto de vista económico, há uma teoria clássica que considera as guerras, e em particular a de 1914-1918, como resultante de rivalidades entre acores económicos que disputam riquezas, tanto no continente europeu como noutros espaços, por exemplo o africano (veja-se a Conferência de Berlim em 1884-1885 e as suas sequelas). É claramente uma tese liberal no sentido em que a guerra mais não seria do que o prolongamento da concorrência, agora centrada em aspetos e meios militares. Nesta linha, Lenine qualifica o imperialismo com o estado supremo do capitalismo. Hoje esta visão é colocada em causa porque sabemos que os principais adversários da guerra eram os meios financeiros. Os banqueiros alemães, por exemplo, entendiam que o dinamismo económico seria muito melhor assegurado sem a guerra. Não havia, pois, do ponto de vista internacional, lógica económica para o conflito até porque os dois países principais responsáveis não eram concorrentes: a Rússia, todos sabemos, era ainda um país agrícola, quase feudal e a Alemanha um país industrial emergente desde o último quartel do século XIX, com setores de ponta na área da química, metalurgia e farmacêutica. Há real-

<sup>1</sup> SCHMITT, Bernadotte (1966). *The Coming of the War 1914*. S/l.: Fertig. Reedição de uma obra do autor (1886-1969) de 1930.

<sup>2</sup> FISCHER, Fritz (1970). *Les Buts de guerre de l'Allemagne impériale*. S/l: Trévis. Tradução francesa de uma obra de 1967 do autor (1908-1999).

mente interessados, mas esses são sobretudo os fabricantes de armas, por exemplo Gustav Krupp, que não se coíbiam de financiar os movimentos belicistas, já que não podiam ainda chegar aos governos ou à opinião pública em geral.

O realce presentemente dado a estes contra argumentos em relação às teses mais tradicionais, serve sobretudo para darmos mais atenção a outros aspetos até aqui secundarizados. Por exemplo, acredita-se que nas causas da guerra há fatores simbólicos que intervêm, há identidades nacionais que são postas em causa e há visões do mundo que impelem para a ação/intervenção. Hoje conhecem-se os discursos de dirigentes/políticos/cientistas da época que relevam a necessidade de «virilidade»<sup>3</sup>, de defesa da honra coletiva, muito próximo de nacionalismos que encontramos na Alemanha, na Rússia ou na Sérvia. Acredita-se que o atentado de Serajevo nunca teria acontecido se estes valores não estivessem tão presentes. Os sérvios da Bósnia-Herzegovina sentiam-se humilhados pela tutela austro-húngara que comparavam à tutela dos Otomanos que expulsaram em 1912. O arquiduque Francisco Fernando programa a visita à Bósnia em 28 de junho, data de aniversário para o nacionalismo sérvio, já que é o aniversário da data da batalha de Kosovo<sup>4</sup> que teve lugar em 1389 entre os exércitos sérvios e turcos e que se traduziu numa derrota para os sérvios que conduzirá à hegemonia turca. Há vários avisos sobre o risco de atentado. A sua insistência é sobretudo uma «questão de honra». Os jovens regicidas (eles vários), fazem por exemplo questão de se identificarem com Milosh Obilicht<sup>5</sup>, cavaleiro sérvio responsável pela morte do sultão Murad I em 28 de junho de 1389. Em Serajevo, cada um procura transportar os símbolos que entendem encarnar, com os inerentes riscos por essa postura. Depois, é natural que os alemães não podiam deixar de alegar a solidariedade germânica e os russos a eslava. Questões de honra.

Há ainda outras representações que hoje são aduzidas para ajudar a compreender o resultado. O atentado é visto como uma manifestação de força eslava, sobretudo por parte dos russos, sobre os impérios centrais germânicos. Numa carta dirigida a Guilherme II, o imperador Francisco José, refere que se torna necessário «suster

<sup>3</sup> Para este aspeto particular, é notável a obra em 3 volumes recentemente publicada em França: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges (2011). *Histoire de la virilité*. Paris: Éditions du Seuil. Destaque particular para o volume 2 intitulado «Le triomphe de la virilité. Le XIXe siècle» e o 3 «La virilité en crise? XXe-XXIe siècle».

<sup>4</sup> A Batalha do Kosovo (ou *Kôsovo Poljë*, «Campo dos Melros») foi travada em 15 de junho de 1389 no Kosovo entre um grupo de reinos cristãos eslavos liderada pela Sérvia Morávia e tropas invasoras otomanas, lideradas pelo sultão Murad I. A derrota dos cristãos na batalha determinou os cinco séculos seguintes de ocupação turca nos Balcãs. A Batalha do Kosovo é considerada um marco histórico para a Sérvia e alegada como motivo simbólico principal para o país rejeitar a independência do Kosovo, considerada berço histórico da nação.

<sup>5</sup> Murad I morreu em junho de 1389, assassinado por um nobre sérvio – Milosh Obilicht – que o atacou, à traição, com um punhal envenenado, logo após a vitória no Kosovo.

o fluxo eslavo que ameaça a germanidade». Esta conversa é típica da influência de certas ideologias cientistas sobre os atores políticos. As teses de Friedrich Ratzel (1884-1904), impregnadas de darwinismo social, embora também de «natalismo», circulavam e prediziam que o futuro de um povo, a sua força e a sua agressividade eram proporcionais ao crescimento demográfico. Todos sabemos que muitos teóricos faziam depender a força de uma nação da natalidade do seu povo. Não podemos neste contexto deixar de referir que a população russa crescia de forma cinco vezes superior à da Alemanha e para os dirigentes, estes dados demográficos representavam um fator contra o qual era preciso agir (ou reagir), até por um princípio defensivo.

Tudo isto evidencia, de forma breve, que há hoje visões do mundo consolidadas cientificamente e teorias científicas espelhadas em diversos estudos que nos podem ajudar a trazer para as causas da 1.<sup>a</sup> guerra argumentos que até aqui temos menos-prezado no nosso afã de elencar, de forma o mais sintética possível, as causas do conflito. Servem pelo menos para dizer que para além das causas das guerras, há também razões, perspetivas que teoricamente parecem estar distantes do conflito mas que residem nas cabeças de quem decide e, nesse particular, em função da importância de cada protagonista, elas podem também ter determinado o desenlace que todos conhecemos.

## **2.2. Conceitos a reter: cultura de guerra; sentimento do absurdo; clivagem social; guerra total, sociedades para a guerra; industrializar a guerra**

Nos anos subsequentes ao final do conflito, a história da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial foi sobretudo escrita por protagonistas que tiveram responsabilidades políticas e militares, normalmente atores e participantes diretos nos factos que relatavam. O objetivo nessa sistematização de uma memória recente para análises futuras, privilegiava a análise de factos diplomáticos e militares que marcaram este acontecimento sem precedentes e transformaram-se nos documentos privilegiados por historiadores que debruçaram-se cientificamente sobre o conflito. Os testemunhos de combatentes publicados na mesma altura, foram normalmente marginalizados pela historiografia<sup>6</sup>.

Só nos anos oitenta do século XX, este movimento analítico investigativo procurou saltar o muro do espaço que tinha sido criado, investindo noutras fontes, noutras perspetivas e noutros objetos. Para isto muito contribuiu uma nova geração de historiadores que, através de teses académicas, inicialmente, mas depois junto de

---

<sup>6</sup> Citemos apenas dois: Jean-Norton Cru – *Témoins* – publicado em 1929 e agora reeditado em 2006 pela Presses Universitaires de Nancy ou de Jacques Péricard – *Debout les morts* – publicado em 1919 e reeditado em 2013. Aliás um dos aspetos mais interessantes das comemorações de grandes acontecimentos consiste exatamente na reedição de obras aparentemente esquecidas aquando das primeiras edições.

unidades de investigação, bibliotecas, arquivos, museus,... corporizaram uma perspectiva divergente, assumindo-se como jovens especialistas da guerra de 1914-1918<sup>7</sup>. Estes novos olhares, saltaram dos condicionamentos impostos pelos interesses económicos, diplomáticos, militares e geopolíticos que dominaram a historiografia durante muito tempo e focaram-se, por exemplo, nos testemunhos vividos pelos atores modestos que participaram nas diversas frentes. Aí passaram a ter lugar os prisioneiros, os soldados, as populações atingidas, os civis, entre outros, mas também documentos como comunicados, panfletos, correspondência trocada, notícias da imprensa... Em 1992 organizou-se por exemplo em França um colóquio que tinha o título sintomático de «A História vinda de baixo – Histoire vue d'en bas» abrindo ainda mais os horizontes para novas perspectivas, novas interpretações e, naturalmente, novos problemas de investigação. Por exemplo, como é que estes milhões de homens, na maior parte arrancados à sua pacata vida civil, esmagados pela violência desconhecida das armas modernas, assumindo e integrando no seu quotidiano perdas terríveis, mal alimentados, transformados em «ratos das trincheiras» puderam suportar estas condições ao longo de penosos e longos quatro anos?

Este novo enquadramento, transportou-nos para teses diferentes, alicerçadas em conceitos novos mas procurando sempre realçar a coragem e os constrangimentos. Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker, numa obra intitulada – «14-18. Retrouver la guerre» – e editada pela Gallimard em 2000, apoiando-se numa larga compilação de jornais produzidos pelos soldados (jornais de (das) trincheiras), cartas e documentos pessoais, puderam verificar que os apelos ao combate feroz, ao sentimento nacional exacerbado e à repulsa do inimigo alemão ocupavam nessas fontes um largo espaço. Aliás, vários documentários e filmes alicerçados em investigações fidedignas, mostram imagens de soldados que mesmo depois de o inimigo estar morto continuam a desferir a sua fúria sobre os cadáveres, ilustrando um pouco este sentimento presente nestes documentos. Nessa investigação, as autoras concluem que a guerra (ou as guerras) é propícia ao desenvolvimento de uma «cultura de guerra» que explicam, por um lado, a capacidade de adaptação às condições extremas em que viveram mas também à justificação de alguns comportamentos para nós absolutamente irracionais. Esta cultura, defendem, não é fruto de uma propaganda dos Estados, mas resulta de um conjunto de convicções e de sentimentos partilhados, na altura, pela sociedade civil francesa. Aliás, nesta linha, podemos entender a quantidade de voluntários que se oferecem para combater, mesmo sabendo as condições em que vivem os que vão e a percentagem elevada de probabilidade que têm de morrer. Mas também devemos entender que esta postura leva-nos também à ideologia nacionalista, senão racista, que domina a

<sup>7</sup> André Loez e Nicolas Offenstadt sistematizaram muito bem este novo enfoque na obra *La Grande Guerre – Carnet du centenaire*, editada pela Albin Michel em 2013.

Europa nesta época e que tenderá a piorar, mesmo depois do conflito. George Mosse, historiador americano, considera mesmo que a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial é o fermento de uma «brutalização cultural» que irá desaguar no fascismo e no nazismo. Ele considera que o combatente vai-se aprimorando nas técnicas de exterminar o inimigo exemplificando que nas ofensivas finais em 1918, todo o soldado tem no seu bolso uma faca/punhal para atacar os abrigos inimigos e na maioria das vezes usa o «lança-chamas».

Se esta vertente pode hoje ser identificada, também é verdade que há um outro lado igualmente dramático que nos leva a um outro sentimento do «absurdo da guerra». Muitos testemunhos permitem-nos hoje identificar também os estratagemas que, sobretudo os soldados de infantaria, utilizavam, para fugir às decisões dos oficiais ou para serem desmobilizados. Automutilações, deserções, motins, confraternizações com o inimigo à revelia das ordens dos superiores, podem ser referidas entre aquelas que as novas fontes nos trouxeram. O romance já referido – Um longo domingo de noivado – tem com suporte da narração a condenação à morte de cinco soldados, num conselho de guerra «fabricado» na frente que considerou-os culpados de automutilação. Por outro lado, a violência de algumas decisões dos comandantes servia sobretudo para aterrorizar as tropas: mentiras, intimidações, ameaças, execuções imediatas, condenações à morte lançando os condenados para a frente dos inimigos, foram alguns dos meios usados para garantir alguma disciplina. Sabe-se hoje que, neste aspeto, houve mais do dobro das execuções oficiais junto das tropas francesas do que nas alemãs ou inglesas. É esta brutalidade do aparelho militar que explica, segundo alguns historiadores<sup>8</sup>, a duração e a violência da guerra justificando o uso de termos (ou conceitos) como «cultura de guerra» ou «sentimento do absurdo». Reforçando esta ideia, Rémy Cazals e André Loez evidenciam o sentimento de absurdo total, a resignação, as estratégias de fuga, a repulsa pela hierarquia, o desprezo pela imprensa e pelas suas mensagens triunfalistas, a impaciência face á impossibilidade (ou demora no) de regresso, os sarcasmos dirigidos aos políticos e, curiosamente também, a ausência de ódio pelo inimigo, como ideias que povoam e justificam essa postura<sup>9</sup>. É fácil associar a isto, sobretudo nalgumas campanhas específicas (Verdun, 1916, por exemplo<sup>10</sup>), a ausência de esperança na vitória, a denúncia da loucura humana, em particular de alguns chefes militares, o sentimento de suicídio coletivo, as proclamações derrotistas, as desobediências, as rendições ao inimigo para tentar evitar a morte, como fazendo parte do pensamento de soldados que não viam na heroicidade a razão de ser da Guerra. Estas diferentes posturas, das hierarquias e das bases, são também fruto de uma clivagem social transportada para a frente de batalha

<sup>8</sup> Referir por exemplo François Roux – *La Grande Guerre inconnue. Les poilus contre l'armée française* – editada em 2006 por Max Chaleil.

<sup>9</sup> Rémy Cazals e André Loez (2012) – *Vivre et mourir dans les tranchées*. Paris: Tallandier.

<sup>10</sup> Paul Jankowski (2013) – *Verdun*. Paris: Gallimard.

entre os oficiais «intelectuais», a grande maioria universitários sensíveis aos ideais patrióticos e aos jogos históricos e políticos, e a maioria dos soldados, sem idealismos, sem grande sensibilidade para as noções de dever, de pátria, de república, de honra nacional, que muitas das vezes limitam-se a responder a campanhas de mobilização, mas sem grande convicção. Veja-se por exemplo o caso português da mobilização para a Guerra e o distanciamento entre as «Memórias» de Jaime Cortesão e a indiferença como foi recebido Bernardino Machado quando se deslocou à frente de batalha ou a escrita crítica da política portuguesa que nos tinha arrastado para a Guerra<sup>11</sup>.

Um dos conceitos que mais vezes vemos associados ao conflito é o de «guerra total». Normalmente o seu uso visa enfatizar a mobilização global da sociedade para responder ao conflito: combatentes e civis, a frente e a retaguarda da guerra, a produção económica orientada para o esforço de guerra, a propaganda massiva procurando envolver e implicar todos, uma difusão geográfica dos combates envolvendo espaços coloniais, diferentes frentes europeias e mundiais... Quando atiramos os números para consolidar estas ideias, referimos 70 milhões de europeus mobilizados, 10 milhões de mortos, 17 milhões de feridos, 8 milhões de mutilados. Em média, por dia morrem 900 franceses, 1300 alemães e 1450 russos nas diferentes frentes. Numa outra linha, os limites de idade dos voluntários situaram-se entre os 17 e os 48 anos, evidenciando a larga franja da população que viu-se envolvida no conflito. Olhando para a guerra limitada ou focalizada que dominou o século XIX, ainda mais essa «totalidade» arranjava justificação. Hoje os historiadores consideram exagerada essa expressão e preferem enfatizar a mudança ocorrida como uma inflexão de uma «sociedade orientada para a guerra» em vez de uma «sociedade totalmente absorvida para a guerra» onde esta assume uma posição totalitária sobre o que ocorre após o seu início. Ninguém coloca em causa que uma grande parte da economia, por exemplo, foi reorientada para a guerra. Em França, entre setembro de 1914 e junho de 1915, a produção de canhões de 75 mm foi multiplicada por dez; o fabrico de obuses por 5; o de armas/espingardas por 8 e a de metralhadoras por 45. As cifras para os equipamentos que envolvem

---

<sup>11</sup> Excerto de – José Leon Machado (2012). *Memória das Estrelas sem Brilho*. Braga: Edições Vercial. «A política, que arruinou este país, não me interessa. Pelo menos esta política, em que não pode haver duas opiniões, em que não pode haver duas cores, em que todos cantam no mesmo tom: dó maior, o tom do vira e do malhão, do fado malandro e de *A Treze de maio na Cova da Iria*» (p. 27). «Tinha sido dada ordem pelo ministro da Guerra, esse outro criminoso que foi o Norton de Matos, um urso vestido de coronel, que todos os comandantes de regimento doutrinassem as tropas, numa tentativa de levantar a moral e fazê-las entender que o seu sacrifício não seria em vão. Suspeito que a ordem tenha sido congeminaada pelo Afonso Costa. Era ele aliás, juntamente com o João Chagas, esse biltre com ares de filósofo, que estava por detrás da declaração de guerra à Alemanha e da consequente organização da expedição portuguesa às lamas da Flandres. Ao longo destes últimos anos, concluí que o Afonso Costa e os seus esbirros estiveram por detrás de todos os crimes políticos cometidos em nome da República» (p. 36).

mais tecnologia, conheceram a mesma evolução: o fabrico de aviões cresceu 13 vezes, os aparelhos telegráficos 3 e os telefones 6. Também sabemos que numa guerra com este alcance industrial, não são os combatentes que têm o lugar principal, mas os que fornecem os meios de combate. É esta retaguarda de produção que pode permitir sustentar o inimigo e eventualmente vencer. Na *The Cambridge History of First World War* que Jay Winter da Universidade de Yale vem dirigindo desde 2013, os dados aí facultados revelam-se impressionantes: por exemplo em Verdun, em 1916, o general alemão von Falkenhayn concentra a maior quantidade de artilharia jamais vista em qualquer combate: 1 200 canhões sendo 500 de grande calibre; 2 milhões de obuses. Pétain refere em 1917 que a aviação tornou-se um dos meios indispensáveis para o sucesso da Guerra. Todos conhecemos a oportunidade que significa uma guerra como a 1.<sup>a</sup> para testar armas novas e aproveitar o palco militar como uma oportunidade tecnológica onde são testados modelos novos e produtos novos.

Em qualquer dos casos, e afastando de nós a ideia de querer minimizar o impacto generalizado da Guerra, gostávamos de identificar também novas posturas historiográficas que preferem evitar a noção de «guerra total». Primeiro porque entendem que as sociedades dos países envolvidos e muito menos as de outros países, não estão inteiramente orientadas para a guerra. Depois porque, comparando com segunda guerra mundial, os impactos nos civis foram relativamente limitados e nunca se transformou numa «guerra de aniquilação». Longe da frente, a vida social prosseguiu e muitos puderam ir a um concerto, novos romances foram publicados e as famílias puderam enviar os seus filhos às escolas. Este lado pode hoje ser analisado em vários trabalhos de história contemporânea que retratam o ambiente que se vivia em países envolvidos no conflito.

Temos pois, face à oportunidade que algumas investigações recentes nos permitem analisar, incorporar no estudo da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial novos conceitos, mas também relativizar outros que utilizamos de forma mecânica, até porque, infelizmente, a espessura temporal que nos traz até aos nossos dias, ajuda a moderar o seu uso, face a desenvolvimentos que temos presentes<sup>12</sup>.

### 2.3. Lições e implicações de uma paz fracassada – moralidade e justiça na conceção da paz. Da paz ao ressentimento

É hoje consensual aceitar que não são os tratados que permitem a paz. Os múltiplos exemplos que temos na nossa contemporaneidade só validam as vozes dos que sempre consideraram o de Versalhes como demasiado humilhante para a

<sup>12</sup> Há uma obra que a este propósito pode ajudar-nos a rever o significado atual de alguns termos/ vocabúlos/ conceitos: COCHET, François et PORTE, Remy (dir.). (2008) – *Dictionnaire de la Grande Guerre 1914-1918*. Paris: Robert Laffont.

Alemanha e radicou nesse conteúdo ele constituir o «leitmotiv» da guerra seguinte. Também aceita-se que este conflito no início do século passado constitui a matriz do sistema internacional que praticamente chegou aos nossos dias<sup>13</sup>. A 1.ª Guerra atinge fortemente os domínios imperiais – põe fim aos impérios otomano e austro-húngaro – e fragiliza os impérios coloniais da França e Grã-Bretanha, sobretudo. Traz também para o palco mundial uma nova potência – os Estados Unidos da América – que surgem como grandes vencedores em detrimento da Europa que perde a sua hegemonia. É aquilo que alguns historiadores referem como uma transferência do poder político e económico<sup>14</sup>. Os EUA passam a constituir o centro de gravidade do mundo face a uma Europa extremamente endividada pelos seus esforços militares e com necessidade de reconstruir muitos dos seus espaços destruídos. Neste sentido, Versalhes não é tanto o resultado de uma negociação de paz mas a tradução de um novo equilíbrio de forças suscetíveis e com necessidade de serem entendidas numa nova guerra que venha a ocorrer.

Mas há outras dimensões que marcam este final. Henri Kissinger, professor da Universidade de Harvard, mais tarde secretário de estado com Nixon e Prémio Nobel da Paz em 1973, considerava na sua volumosa obra «Diplomacia»<sup>15</sup> que os europeus, até 1914, impuseram uma visão da diplomacia fundada no interesse nacional e na procura de um equilíbrio de forças e que, com o Tratado de Versalhes, os EUA de Woodrow Wilson promoveram uma outra visão, afirmando a primazia dos princípios morais sobre os interesses estratégicos, e da segurança coletiva sobre o equilíbrio de forças. É nesta ótica que surge a Sociedade das Nações (SDN) alicerçada na ideia que os Estados doravante terão de ser responsabilizados coletivamente pelo futuro do mundo. Evidentemente que nem todos concordam com este ponto de vista e a postura dos EUA na SDN e o desencadear da segunda Guerra Mundial estão aí para desmentir as boas intenções de Kissinger. Há mesmo autores (mais realistas) que consideram que o idealismo americano (Wilsoniano) mais não fez do que criar

---

<sup>13</sup> É consensual datar de 1919 o nascimento de uma ciência das «Relações Internacionais». É nesse ano que o mecenas britânico David Davies oferece os fundos necessários para a criação da primeira cadeira universitária de política internacional na Universidade de Aberystwyth, situada no País de Gales. Para os criadores desta cadeira, tratava-se de procurar compreender as razões da guerra num quadro científico diferente da História. Visava a criação de uma ciência que, partindo naturalmente dos factos, conseguisse estabelecer leis gerais válidas para todas as guerras. Há também intenções de natureza normativa e militante – que isto nunca mais aconteça! A ambição é suprimir a guerra através de um conhecimento aprofundado das causas. Para eles, ciência e moral deviam estar indissolivelmente ligadas. Em 1922 a cadeira recebeu o nome de Woodrow Wilson em homenagem ao papel central do presidente americano na criação da SDN.

<sup>14</sup> GILPIN, Robert (1981) – *War and Change in World Politics*. Cambridge University Press.

<sup>15</sup> KISSINGER, Henry (1996) – *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.

condições para atizar o desejo de vingança da Alemanha<sup>16</sup>. Os mais liberais acreditam que a SDN lançou as bases da regulação multilateral do mundo, cuja herança foi mais tarde assumida pela ONU. Este debate entre «realistas» e «liberais» animou o período entre as duas guerras e há várias obras que retratam esses diferentes pontos de vista<sup>17</sup>. Um dos protagonistas mais conhecidos deste debate foi John Maynard Keynes que logo em 1920, na sua obra «Les Conséquences économiques de la paix» abriu hostilidades. Mandatado pela Grã-Bretanha para negociar o tratado de paz, contrapunha às exigências francesas defendidas por Georges Clemenceau, que não deviam sobrecarregar os alemães com reparações económicas e indemnizações. Defendia que era uma má opção «encurrular» a Alemanha perante montantes que nunca teriam possibilidades de pagar. O resto já conhecemos. Hitler era da mesma opinião e considera o Tratado um verdadeiro «Diktat» que era legítimo por em causa, nem que fosse usando a força. Historiadores americanos, na linha de Kissinger, consideram que a Europa, com Versalhes, renunciou à sua doutrina clássica de equilíbrios de forças, abdicando dos princípios de justiça que deviam ter presidido a todas as negociações de paz. Esta questão da justiça do após guerra tem sido muito estudada recentemente, num contexto que nos transporta até à atualidade e ao conceito de «guerra justa». Por exemplo o filósofo Brian Orend considera na sua obra – *The Morality of War* – que o tratado de Versalhes é um excelente caso para investigação para compreendermos o que significa uma «paz fracassada» e quais os contornos que esse fracasso pode assumir.

Aqui, os historiadores abrem caminho para entrarem em cena filósofos, politólogos, juristas e outros especialistas que incidem o seu foco mais na ótica normativa e, por exemplo, nos critérios do significado de uma «guerra justa». O problema de uma guerra justa é hoje analisado do ponto de vista dos motivos (*jus ad bellum*), dos meios que são utilizados depois de abertas as hostilidades (*jus in bello*) e na justiça após a guerra (*jus post bellum*). É sobretudo nesta última vertente que podemos ver as diplomacias a atuar, dependendo a perenidade da paz do afastamento da «lógica do ódio» e do «ressentimento» em benefício de uma paz durável. Neste aspeto a excelente obra de Marc Ferro pode constituir aqui um bom remate. Diz-nos ele:

(...) No individuo como no grupo social, na origem do ressentimento está sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um traumatismo. Quem se sente vítima não pode reagir, por impotência. Rumina a sua vingança que não pode pôr em marcha e que constantemente o atormenta. Até que acaba por explodir. Mas esta espera pode também ser

<sup>16</sup> CARR, Edward H. (2001) – *The Twenty Year's Crisis 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*. New York: Palgrave. A primeira edição é de 1939.

<sup>17</sup> Ver por exemplo uma obra síntese, dirigida por Brian Schmidt – *International Relations and the First Great Debate* – editada pela Routledge em 2012.

acompanhada de uma desqualificação dos valores do opressor e revalorização dos seus, dos da sua comunidade que até aí não os defendera conscientemente, o que dá uma força nova aos oprimidos, segrega uma revolta, uma revolução ou então uma regeneração. É aí que se estabelece uma nova relação no contexto do que segregou essa revolta ou essa renovação. A experiência de voltar a viver a ferida do passado é mais forte que a vontade de esquecer. E assim a existência do ressentimento mostra como é artificial o corte entre o passado e o presente, que deste modo vivem um no outro, tornando-se o passado um presente mais presente que o presente. Transformação de que a História oferece muitos testemunhos. (FERRO, 2009: 12).

Ponto de chegada de uma incursão num conjunto de perspectivas que hoje podemos equacionar em função das mais recentes publicações, este excerto serve-nos também para regressarmos à 1.<sup>a</sup> Guerra e aos seus cenários onde vivências pessoais testemunharam de uma outra forma aquilo que efetivamente sentiram, construindo narrativas que pintam esses quadros vivenciais.

### 3. QUADRO VIVENCIAL – O ESPAÇO DOS TESTEMUNHOS

(...) A modernidade, caracteriza-se precisamente pelo declínio da experiência transmitida, um declínio marcado simbolicamente pelo início da Primeira Guerra Mundial. Durante esse momento de grande trauma europeu, muitos milhões de pessoas, sobretudo jovens camponeses que tinham aprendido com os seus antepassados a viver segundo os ritmos da natureza, no interior dos códigos do mundo rural, foram brutalmente arrancados ao seu universo social e mental. Foram subitamente submersos numa paisagem em que quase nada era reconhecível além das nuvens e, no meio, num campo de forças atravessado de tensões e explosões destrutivas, o minúsculo e frágil corpo humano. Os milhares de soldados que voltaram da frente de guerra, mudos e amnésicos, comocionados pelo stress de guerra provocado pela artilharia pesada que bombardeava, sem cessar, as trincheiras inimigas, corporizaram esse corte entre duas épocas; a da tradição forjada pela experiência herdada e a dos cataclismos que se furtam aos mecanismos naturais de transmissão da memória. (TRAVERSO, 2012: 12-13).

As comemorações da I.<sup>a</sup> Guerra resgataram também testemunhos de «cabeludos, barbudos e piolhosos» que no terreno mostraram a sua coragem. A nossa crítica de fontes tem naturalmente de nos levar até aos autores desses relatos, e compreender que o filtro da sua escrita releva a sua formação escolar, o lugar militar ocupado, a proximidade ou distanciamento da frente de combate, a sua visão política sobre o acontecimento. Mas esses cuidados não invalidam o espaço que hoje devem ter na reconstrução científica desse acontecimento.

Exemplifiquemos.

Começemos pelo Tenente João Pina de Morais<sup>18</sup>. Na sua obra *Ao Parapeito*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, 2010 [Edição Fac-similada da Edição da «Renascença Portuguesa», Porto, 1919, apresenta-nos algumas pinceladas sobre a vida nas trincheiras e sobre os atores que o acompanharam.

Selecionamos três e recomendamos uma leitura integral de um dos capítulos («A Morte do Sapador», pp. 51 a 58) que, no nosso entender, melhor evidenciam a formação do autor, a crueza do relato de quem vive os acontecimentos e a impossibilidade de termos qualquer outra fonte que nos traga o conteúdo desta.

Começemos pela tão referida trincheira:

– E a tropa entra na trincheira exactamente como a cigarreira na minha algibeira.

– A trincheira!

– Que esplêndido para jogar o esconde-esconde, quando a gente era miúdo!

Nesta guerra do Direito, as trincheiras são imenso tortas.

Tens razão, meu querido camarada d'armas, quando tu dizes ao ver surgir um soldado:

– Lá vem uma toupeira!

Entramos nas trincheiras. É talvez melhor dizer – infiltramo-nos, sumimo-nos, porque realmente a gente desaparece.

– Aí vai a tropa a um fundo interminavelmente aos ângulos, às voltas, às curvas; – as tabuinhas dos taburnos parecem rolar diante dos olhos como se as passadeiras se fossem enrolando.

– Que fadiga marchar na trincheira! (p. 33)

Evidenciem as repercussões na vida dos civis, no caso uma criança de uma escola francesa, mas também um olhar triste sobre o que conhecem de nós:

– À hora da aula a criançada formou para entrar na sala. Dava na vista a quantidade enorme de babeiros escuros de luto. Um russito de sete anos, vivo, muito direito, calote azul-horizonte na cabeça, afivela no vestidinho preto as cores da Legião de Honra. Porque será que o petiz é condecorado? Curvo-me a perguntar-lhe. O petiz estranha a minha curiosidade, depois ilumina-se-lhe o rosto do orgulho gaulês e responde como um soldado:

– C'est l'heritage de Papa, monsieur l'officier portugais, tué à Craonne neuve cents quinze!

---

<sup>18</sup> Percurso académico: Aluno da Academia Politécnica do Porto, inscrição nos anos letivos de 1907-1908, 1908-1909, 1909-1910 e 1910-1911. Na Faculdade de Letras do Porto, no curso de Ciências Filosóficas, em 1920-1921, 1921-1922, 1922-1923 e 1923-1924. No cruzamento com a relação de licenciados do Luís de Pina (1966), ele não chegou a concluir o curso porque não há qualquer menção entre as certidões de licenciatura passadas pela escola.

O professor vê o meu interesse, vem cumprimentar polidamente e explica o costume francês dos filhos trazerem as medalhas dos pais quando morrem na guerra.

Está junto de mim um capitão que fala correctamente o francês. O professor fala de Portugal. Tem uma ideia muito vaga do nosso país. O livro de história e geografia adoptado nas escolas oficiais que nos mostra para se justificar traz apenas seis linhas sobre o nosso país! É triste ver-se assim ignorado! (p. 16-17).

O eterno conflito entre o perigo e o dever, é também muitas vezes evidenciado e percorre o pensamento e traduz-se naturalmente em preocupações dos soldados:

– Cumpra o seu dever.

O dever acaba na morte. Deve-se morrer bem.

A nossa vida nunca é nossa. Reparámos na Flandres de drenos profundos e lodosos, na Flandres das batalhas.

É aqui que vivemos há perto dum ano! Os meus soldados já perderam dos olhos a cor que traziam!

E da campina infinita veem só ondas de metralha, o rolar monstruoso dos aços que se pulverizam, o estrondear das goelas brancas do canhão! E como novidade, ouve-se bem o ranger das metralhadoras. É mais um comparsa.

O incendio põe bandas avermelhadas no horizonte. Há soldados que passam, que andam, que ficam onde o destino quer. (p. 83).

E, no fim, para que serve a glória ou as medalhas colocadas «nos babeiros» ou nas «batas» dos filhos ou a bandeira dobrada colocada no colo das viúvas?

– Caíram aureolados pela glória, levando na alma a alegria dos sacrifícios sacrossantos, no coração um sentimento de grandeza que ninguém igualará. Nas suas campas de acaso, à beira das aldeias, nos ermos, sob as árvores, na profundidade da água lodosa e verde do Lys – eles terão sempre como uma prece a nossa lembrança, como carinho o nosso triunfo, como saudade a nossa admiração.

Não chegará lá nunca o esquecimento – já é tão frio lá, nessa Flandres longínqua onde eles descansam!

Todos poderão esquecê-los menos nós – meus companheiros.

Nós temos de nos curvar ao respeito que infundem os que ficaram nessa cruzada do nosso século.

Que descansem – os heróis mortos. FIM. (p. 145-146).

Outras memórias podemos incorporar, mais romanceadas – José Leon Machado (2012). *Memória das Estrelas sem Brilho*. Braga: Edições Vercial. – ou literariamente ainda mais ricas como as de Jaime Cortesão (1969). *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugalíia Editora. [A 1.<sup>a</sup> edição foi publicada em 18 de junho de 1919 na

Tipografia da «Renascença Portuguesa», na rua Mártires da Liberdade, 176, no Porto]. Num e noutro caso, o que pode deliciar os nossos alunos ou interlocutores, é a crueza da narração, é a veracidade do escrito, é a certeza de que eles (autores) estiveram lá. Esta presença física no espaço das operações onde a História se desenrola é, como já sabemos pelos múltiplos trabalhos já realizados no âmbito da Educação Histórica, um elemento de fiabilidade e credibilidade que entusiasma e motiva. Nesse sentido, dar espaço a estas fontes é, no nosso entender, assegurar uma motivação complementar para o estudo da História. Para nós que procuramos criar conhecimento histórico, é uma fonte que não podemos menosprezar.

Exemplifiquemos, agora com Jaime Cortesão, alguns aspetos que cruzam com as nossas preocupações:

A credibilização da fonte: «Direi apenas o que vi e ouvi. Sofri demais para poder mentir. O sentido da verdade e a coragem de a dizer são as maiores conquistas que esta guerra deu aos que nela mergulharam a fundo. Por isso me rio tristemente tanto dos que, sem terem posto o pé numa trincheira, querem contar a guerra, como daqueles que tendo lá estado venham para público, penteados e lustrosos, na sua fatiota de heróis, poisar para a galeria» (p. 14).

O retrato da família combatente: «Tudo ali é lodo e miséria. A esperança da vida assenta apenas sobre o acaso. E a inquietação devora o peito nas horas lentas. Estes homens que vivem dum modo nunca visto, ganharam com o tempo uma fisionomia especial, tanto mais acusada, quanto mais próximo do inimigo. Era inevitável. A vizinhança da morte, as vigílias continuadas, os longos alertas de olhos apunhalando o escuro, à cata dos perigos, as soalheiras, as friagens e as lufadas do tempo acabam por tatuar e curtir a pele sobre a caveira. (...) Nas caras duras e atnadas rasgaram-se os grandes sulcos dos sobrolhos e os que vão do nariz ao canto da boca; as comisuras dos lábios baixaram severamente; e os olhos pararam numa fixidez ardente de espanto e penetração. (...) A mobilidade e frescura especial do rosto, que dão a mocidade e a vida calma, secaram, murcharam inteiramente. Há crianças com caras de velhos. A esta transformação dos rostos, corresponde uma outra mais profunda nas almas» (p. 92-93).

As mensagens censuradas e escritas por outros (os que são escolarizados): Fevereiro de 1918: Às vezes nas trincheiras os homens endoidecem. Não entendem talvez? Se tivessem lido, como nós, as cartas dos soldados, entendiam logo. Ao soletrar algumas delas, deparam-se certas folhas que queimam as mãos. Lêem-se e fica-se atônito perante os brados de paixão que por vezes saem delas. Boa ideia esta de nos obrigar à censura de todas as cartas dos soldados para catar-lhes as revelações indiscretas.

Tão boa que se devia impor essa tarefa durante umas semanas a alguns estadistas portugueses e grandes galões da tropa. Ficavam assim a conhecer uma coisa que anda nessas cartas e que eles nem suspeitam: a alma do Povo. E ficavam conhecendo também os motivos por que se está erguendo no coração dos soldados uma onda alta de desalento e revolta. Talvez seja de interesse para o futuro fixar aqui alguns brados dessas almas e as formas dramáticas que toma o seu desespero» (p. 155-156).

A incompreensão da racionalidade de uma presença política: «A Batalha do Lys: 9 de Abril de 1918: Mas – coisa inevitável – os nossos soldados, começam a revoltar-se. Sim, inevitável. Pois se de Portugal não mandam reforços e nos esquecem, e os altos comandos, sem a coragem de protestar por todas as formas contra esse desprezo, fazem todos os dias aos soldados promessas de descansos e licenças que nunca chegam, e exigem dalguns milhares de homens o dolorosíssimo esforço, que nos outros exércitos se distribui por centenas de milhares, que menos se poderia esperar? O desfalecimento, a exaustão, o desespero atingiram o auge nas nossas fileiras» (p. 218).

A dignidade do soldado: «(...) Lavaram em sangue e lágrimas muitas das impurezas de educação; e alargaram infinitamente, ao contacto daquele novo mundo, a estreita curva do seu pensamento. (...) Porque a guerra educa. É a mais intensiva das escolas. (...) O nosso soldado, depois de alguns meses de França, tornou-se um homem novo. Não se trata agora do soldado bonacheirão e humilde. Esse homem novo é o Esgalhado, repontão e arisco, que, chegada a hora terrível se oferece à morte, para salvar o batalhão; é o Baldaia que, em cumprimento do seu dever, rompe por entre granadas, os gases e o pânico, sereno e indiferente a todos os perigos; é o rancheiro da segunda, que na agonia, esquecendo-se de si, lembra apenas os seus; e é aquele que numa noite de inverno, quando um oficial parando na trincheira diante do seu vulto, martirizado pela doença e pela fadiga, lhe pergunta como vai, responde neste grito sublime, onde ecoa a voz imortal do conde de Avranches:

– Isto já não é corpo nem é nada. Agora é só coragem» (p. 252-253-254-255).

Na indignidade da receção: «Começaram a prender-se aos milhares, por simples suspeitas, os republicanos. Quando estes acrescentavam a qualidade de oficiais do C.E.P. eram por via de regra encarcerados. Assaltaram-se os jornais periodicamente. Instituições políticas e casas particulares não escaparam também. Em Lisboa e Porto os presos foram espancados e assassinados. Uma horda impune e anónima fazia pelas ruas perseguições a cavalo-marinho e tiro. Homens, os mais respeitados e categorizados, foram enxovalhados e brutalizados por uma escumalha mercenária, sob as ordens e a proteção de muitas autoridades. A isto se chamou: combater a demagogia...» (p. 235).

Muitos outros exemplos podemos encontrar, nas múltiplas obras com testemunhos da participação portuguesa. Importa, pelo menos, equacioná-los como mais uma fonte a considerar e percebermos, na sua utilização, a sua capacidade de a partir delas, mobilizar os alunos para uma abordagem diversificada deste, como de outros conflitos. Estes acontecimentos e a comemoração dos seus centenários, como vimos, permitem-nos alargar fontes, diversificar abordagens, enriquecer perspetivas e revisitá-los recriando conclusões que pareciam definitivas.

#### 4. CONCLUSÕES

(...) Nunca deixaremos de criticar os que deformam o passado, o reescrevem, o falsificam, que dilatam a importância de um acontecimento e calam a de outro; estas críticas são justas mas não têm grande importância se não forem precedidas de uma crítica mais elementar: a crítica da memória humana enquanto tal. De que é que é capaz, na verdade, a pobre da memória? Não consegue reter do passado mais que uma miserável parcelazinha, sem que ninguém saiba por que motivo retém justamente esta e não outra, uma vez que tal escolha, em cada um de nós, se faz misteriosamente, à margem da nossa vontade e dos nossos interesses. Nada se compreenderá da vida humana enquanto se persistir em escamotear a primeira de todas as evidências: uma realidade, tal como existia quando existia, deixa de existir; a sua restituição é impossível. Nem sequer os arquivos mais abundantes podem seja o que for contra esta evidência. (KUNDERA, 2006: 87-88)

Será que tudo fica no tempo em que os factos ocorrem? A nossa memória, regressando a Kundera, não nos transportará para a similitude dos acontecimentos na diversidade das situações? Fiquemos com a ponte no tempo longo que Nuno Júdice nos lança na sua excelente novela de 2013:

(...) A Europa despertou paixões, mas o que estamos a ver é que nenhuma foi saudável. E depressa a paixão se transforma em ódio. Tudo começou com milhões de tipos enfiados no fundo das trincheiras, é só lama, excrementos, corpos que ninguém consegue tirar dali, e já fedem, e eles tinham de sobreviver mas só para esperar a cada minuto que lhes aparecesse uma criatura de baioneta em riste para os espetar com ela, uma, duas vezes, já nem conseguem gritar mas ainda respiram, e ele a espetar até não sentir neles nada vivo, e muito menos o amor pela Europa.

Há quanto tempo isso foi, já não há mortes dessas, já não há pátrias que as justifiquem. Agora, a trincheira de cada um é o sítio em que ele trabalha e só está à espera que apareça um fiscal do governo, a baioneta dele é a folha de despedimento, e está morto, pode não estar morto na realidade, mas foi riscado do mundo dos que contam, irá

para a valeta, e isso representa uns milésimos de centavo a menos no déficit, nas contas públicas, na folha que a pátria vai ter de apresentar aos credores para mostrar que se porta bem, que não anda na noite, a gastar o que não é dela (...). (JÚDICE, 2013: 60)

## BIBLIOGRAFIA

- BRUN, André (2014) – *A Malta das Trincheiras*. Editora Guerra & Paz.
- CAZALS, Rémy; LOEZ, André (2012) – *Vivre et mourir dans les tranchées*. Paris: Tallandier.
- COCHET, François; PORTE, Remy (dir.). (2008) – *Dictionnaire de la Grande Guerre 1914-1918*. Paris: Robert Laffont.
- CORTESÃO, Jaime (1969) – *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora. [A 1.ª edição foi publicada em 18 de junho de 1919 na Tipografia da «Renascença Portuguesa», na rua Mártires da Liberdade, 176, no Porto].
- CRU, Jean-Norton (2006) – *Témoins*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy [publicado pela primeira vez em 1929 e agora reeditado].
- GILBERT, Martin (2013) – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- HOLEINDRE, J.V.; TESTOT, L. (direction) (2014) – *La Guerre. Des origins à nos jours*. Auxerre: Éditions Sciences Humaines.
- JÚDICE, Nuno (2013) – *A Implosão*. Alfragide: Dom Quixote.
- KUNDERA, Milan (2006) – *A Ignorância*. Porto: Edições ASA.
- MACHADO, José Leon (2012) – *Memória das Estrelas sem Brilho*. Braga: Edições Vercial.
- PINA DE MORAIS, Tenente (2010) – *Ao Parapeito*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, 2010 [Edição Fac-similada da Edição da «Renascença Portuguesa», Porto, 1919].
- TRAVERSO, Enzo (2012) – *O passado, modos de usar*. Lisboa: UNIPOP.